

ESTADO DE SÃO PAULO

Economia - Brasil

Acordo não substitui austeridade

18 JAN 1991

O presidente da República tem uma oportunidade excepcional, agora, para provar a firmeza de suas posições. A guerra pode ser pretexto para o abandono de um plano correto, em suas linhas mais importantes, porém mal executado até hoje.

É um plano tão simples quanto politicamente difícil: reformar o aparelho de governo, cortar gastos, reduzir subsídios ao mínimo indispensável, cobrar impostos corretamente e aplicar, ao mesmo tempo, uma política monetária rigorosa. O complemento indispensável é a abertura da economia. Sem isso, não há como esperar, nos próximos anos, um funcionamento mais livre e mais eficiente dos mercados de bens e de serviços. Abandonado esse rumo, a consequência não será a manutenção do atraso. Será o distanciamento crescente entre a economia brasileira e as mais

avançadas. Quando o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, fala em mudança parcial da política econômica, com prioridade para uma ampla negociação nacional, há motivo para preocupação. A prioridade, a rigor, não pode ser mudada.

Não só por causa da guerra, mas também da persistente inflação, nada é mais urgente, no Brasil, que o cumprimento rigoroso do plano original. Essa necessidade é reconhecida, de fato, pelo presidente do Banco Central.

É preciso equilibrar as contas públicas em 1991. Para isso, a política fiscal, isto é, de controle dos gastos e das receitas, deve ser bem mais dura que foi no ano passado. E isso se justifica por excelente razão: exigiu-se da política monetária mais do que ela poderia render. Isso ficou claro, no final do ano, quando as emissões, apesar do evidente esforço

do BC, se expandiram com assustadora rapidez. O controle monetário deve ser um complemento e até uma consequência da austeridade — não a sua base principal de sustentação.

A busca de um amplo entendimento nacional não é tarefa simples nem desimportante. Um grande acordo entre empresários, trabalhadores e governo, semelhante ao conseguido noutros países, pode facilitar consideravelmente a reconstrução da economia. Nenhum problema será resolvido, é claro, se houver um mero consenso a respeito da indexação de preços e de salários. Esse consenso já existiu e os resultados foram desastrosos. O acordo básico não deve ser a respeito de como disfarçar a inflação, como no passado. Se, no entanto, as pessoas aceitarem como objetivo comum o combate à inflação e às distorções da economia

brasileira, então terá sentido pensar em alguma coordenação de preços e de salários, sem autoritarismo e sem violência às condições mínimas de operação dos mercados. Esse entendimento é difícil e talvez só seja alcançado — se for — depois de longo trabalho.

Em qualquer caso, no entanto, é essencial não atribuir a esse entendimento mais que um papel auxiliar. Um acordo pode apressar os resultados da política, mas essa dependerá, sempre, daqueles instrumentos bem conhecidos e testados muitas vezes: a boa administração das contas públicas — condição básica da credibilidade — e a prudência na administração da moeda. O uso desses instrumentos é politicamente difícil, ninguém o nega. Mas não há outros, e a negociação política, afinal, deve ser parte da rotina democrática. Como as eleições.